

NACIONAL

COMPLEXO MADEIRA

Governo permite estatais no leilão

Segundo o ministro Hubner, as empresas serão escolhidas entre as integrantes do sistema Eletrobrás

RIVADAVIA SEVERO
BRASÍLIA

O governo vai permitir a participação de estatais no leilão da usina de Santo Antônio, disse ontem o ministro de Minas e Energia, Nelson Hubner. A hidrelétrica é a primeira do Complexo do Rio Madeira que será licitada e terá 2.180 megawatts (MW) de energia assegurada para entregar ao sistema integrado em 2012. A obra é tida com uma das principais do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e tem leilão marcado para 30 de outubro.

A entrada de estatais no leilão foi a solução que o governo encontrou para equilibrar a concorrência com o consórcio de Furnas e Odebrecht. Segundo Hubner, as estatais serão escolhidas entre as integrantes do sistema Eletrobrás. A empresa já está negociando com as suas subsidiárias essa participação. O ministro adiantou que a Eletrobrás fará um chamamento público, na próxima semana, para verificar quais empresas privadas querem ser sócias de suas controladas na disputa.

Hubner, no entanto, não adiantou quais serão essas estatais, mas disse que a intenção do governo é que todos os consórcios participem do leilão com as mesmas condições, quanto ao percentual de participação das empresas e taxa de retorno. Segundo Hubner, a Odebrecht teria concordado com essa cláusula.

O contrato entre Furnas e Odebrecht tem uma cláusula que proíbe que outras subsidiárias da Eletrobrás participem da disputa. "Eles já devem ter feito um aditivo mudando isso", disse o ministro.

A preocupação do governo é que a Odebrecht e as demais empresas que irão participar do leilão não se oponham às regras, para que não haja recursos judiciais que possam atrasar o empreendimento. A primeira tentativa do governo foi retirar Furnas do consórcio com a Odebrecht, mas como havia um contrato entre as duas empresas para que elas participassem juntas do leilão, o governo recuou.

Hubner disse também que o governo quer manter a cláusula de 20% como percentual máximo de participação para fornecedores de equipamentos e construtores. Esse item foi colocado como diretriz para o leilão pela portaria do Ministério de Minas e Energia, mas a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) retirou da sua minuta. "A princípio estamos pensando em manter a cláusula

de 20%", disse o ministro. Ele acrescentou que o BNDES-PAR também entrará no leilão, mas a participação do banco no consórcio, somada à da controlada da Eletrobrás, não poderá ultrapassar os 20%.

O presidente da Aneel, Jélson Kelman, disse que a agência fará uma reunião com os interessados no projeto na próxima semana para tirar eventuais dúvidas dos investidores quanto aos aspectos técnicos do empreendimento.

O ministro fez o anúncio no Seminário Obstáculos e Soluções para o Desenvolvimento para Infra-Estrutura, da ABDIB (Associação Brasileira da Infra-Estrutura e Indústria de Base), onde também a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, anunciou que o leilão para a linha de transmissão que levará a energia das usinas do complexo do rio Madeira até a região Sudeste deverá ser realizado no terceiro trimestre de 2008. A linha terá 2,5 mil quilômetros e vai ligar Porto Velho em Rondônia a Araraquara, no interior de São Paulo.